

CONSTITUINTE

Alguém satisfeito? (Perguntem ao Cabral)

A rejeição, por inteiro, do novo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, foi sugerida ontem às lideranças partidárias e no plenário daquele órgão pelo deputado José Costa (PMDB-AL). "O relator não apresentou um substitutivo, mas um delírio", alegou.

O parlamentar alagoano acha que a melhor solução seria a de começar tudo de novo, com a escolha de um novo relator, em condições de levar em consideração os relatórios das subcomissões, das comissões temáticas e das emendas apresentadas. "O relator assumiu, sozinho, a responsabilidade do substitutivo. Não agradou ninguém. Vamos escolher outro relator para recomençar o trabalho" — afirmou José Costa.

O líder do PDS na Constituinte, deputado Amaral Netto, ouvindo a sugestão de José Costa, comentou que, na sua opinião, "a Constituinte já acabou". Para ele "não vamos ter Constituinte alguma", defendendo iniciar em 1988 os trabalhos normais da Câmara e do Senado, com uma exigência: que não seja contado do seu mandato todo o ano de 1987, que considera "perdido".

Exaltado com as possíveis consequências que surgirão, se aprovado o substitutivo, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) chamou atenção para o art. 13, parágrafo 5º, que diz: são irrelegíveis para os mesmos cargos o presidente da República, os governadores de Estado e do Distrito Federal e os prefeitos. Com isso, Sarney, mesmo se o desejar, nunca mais poderá ser candidato a presidente, nem os governadores poderão voltar a disputar a eleição de governador de Estado, pois o relator não colocou que a irrelegibilidade atinge, apenas, o período seguinte ao término do respectivo mandato. A atual Constituição tem melhor redação, conforme mostrou Cardoso Alves, com a concordância de José Costa.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, disse, por sua vez, que o substitutivo criou as condições formais para a ditadura do PMDB ao consagrar as eleições em dois turnos para presidente, governadores e prefeitos e, na hipótese de não ser alcançada maioria absoluta, deixar a um Colégio Eleitoral a decisão sobre a realização de outro turno entre os dois mais votados ou escolher por voto indireto qualquer deles.

— Perto do deputado Bernardo Ca-

bral o ministro Gama e Silva foi um moderado, pois nem mesmo com todos os instrumentos do arbítrio à sua disposição foi capaz de criar um sistema que garantisse a perenidade da Arena ou do PDS no poder — assinalou o líder pedetista.

Brandão Monteiro considerou ainda "inaceitável" erigir o sistema parlamentarista em nível de Federação e da Repú-

blica, tornando-o insuscetível de ser suprimido por emenda constitucional. O PDT, depois da reunião do diretório nacional realizada no domingo, fechou questão em torno de 15 pontos, entre os quais está o presidencialismo.

Já o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, é contra o primeiro turno direto na eleição presidencial e o segun-

do, indireto. Segundo ele, o PMDB sempre lutou por eleições diretas e não pode agora restabelecer as eleições indiretas. Ele não vê dificuldade na realização dos dois turnos, dizendo que o povo estará mobilizado na segunda, se a maioria de votos não for atingida na primeira.

Adiamento

Ulysses afirma que o substitutivo de

O EXEMPLO VINDO DO CHILE

O relator Bernardo Cabral inspirou-se no sistema eleitoral chileno que elegeu o presidente Salvador Allende para propor que o Congresso realize um segundo turno quando nenhum candidato presidencial alcançar maioria absoluta de votos. Mas Cabral dá a opção de o Congresso fazer retornar ao povo o direito de escolher entre os mais votados. Também foi de inspiração pessoal, segundo ele próprio informou, segundo a fixação do mandato do presidente Sarney em seis anos. Cabral justificou sua decisão com a falta de entendimento na questão e nas emendas que pretendiam manter o mandato como esta na atual Carta.

Cerca de dez mil pedidos de votação em destaque: esta é a expectativa dentro da Assembléia Nacional Constituinte com relação aos pedidos que começarão a ser apresentados ontem, quando foram registrados 3.369 destaques. O prazo para entrega termina hoje às 17 horas. Amanhã, esses destaques serão organizados, publicados e dados a conhecer aos líderes e constituintes.

Os diversos grupos representados dentro da Constituinte começaram a se reunir ontem na organização e distribuição de pedidos de destaques e para formularem suas estratégias de trabalho no plenário da Comissão de Sistematização, a partir de quinta-feira. PDT, PT, PSB e os dois PCs escolhem ontem os destaques que serão defendidos no plenário pelo grupo.

Do outro lado, o grupo que reúne moderados do PMDB e maioria do PFL ainda não apresentou nenhum destaque, o que deverá ser feito hoje, mas toda a sua ação deverá ser concentrada na tentativa de eliminar o sistema parlamentarista de governo, apoiando o substitutivo de Bernardo Cabral no que toca à duração do mandato do presidente Sarney e seus sucessores: seis anos.

Regras

A partir de quinta-feira à noite, quando começará a votação na Comissão de Sistematização, e até o próximo dia 2, o senador Afonso Arinos pode ser considerado o mais poderoso constituinte. Como presidente da comissão, caberá a ele decidir sobre o pedi-

A votação

Ela começa na quinta-feira e termina no próximo dia 2. Deverá ser lenta e complicada, com cerca de dez mil pedidos de destaque.

do de destaques ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

Se quiser, ele poderá indeferir os pedidos de destaque, inclusive alegando intempestividade ou vício de forma, através de um jogo sutil de manobras regimentais acessível apenas aos especialistas no assunto. O senador Afonso Arinos estará assessorado por um profundo conhecedor das regras da votação, Paulo Afonso Martins de Oliveira, secretário da mesa da Constituinte e seu coordenador geral. Mas da decisão do presidente cabe recurso ao plenário, onde as questões serão definidas pelo voto da maioria simples, ou seja, 47 dos 93 integrantes da Sistematização.

As regras de votação na Comissão de Sistematização foram aprovadas ontem durante reunião do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com os líderes partidários.

Para apresentar pedido de destaque às emendas com parecer contrário, é necessário o apoio de seis membros da comissão, enquanto idêntica solicitação para emendas

com parecer favorável deve ser subscrita por 12 dos integrantes da Sistematização. Somente serão admitidos requerimentos de destaque para votação em separado nessa ordem: emendas supressivas, substitutivas, modificativas e aditivas.

Os líderes dos pequenos partidos, que começaram a discutir o assunto com o deputado Ulysses Guimarães sábado passado, ainda tentaram aprovar ontem o pedido para votação em separado, sem fazer menção ao tipo de emenda, mas não conseguiram. Se fosse consagrada a norma, eles estariam em vantagem na comissão, pois poderiam pedir destaque para qualquer dispositivo ou capítulo e os constituintes contrários à solicitação teriam de reunir 47 votos para manter o texto original. Nos termos das normas aprovadas, serão os autores do pedido que vão precisar de 47 votos para aprovar a modificação pretendida.

O segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral terá preferência para votação, mas serão admitidos pedidos de destaque não só a esta proposta, como para o primeiro substitutivo para as emendas apresentadas. O destaque, porém, somente será possível quando o texto destacado puder se ajustar à proposição a que deve ser integrado e formar sentido completo, o que vai tornar a votação ainda mais complicada.

O deputado José Genoíno, do PT paulista, informou que o senador Afonso Arinos assumido o compromisso de aceitar todos os pedidos de destaque, isso também indica que a votação será demorada.

Antonio Arrais/Sílvia Caetano



Ulysses, chamando os líderes: "Vamos usar a lima, a lixa e até a tesoura se for preciso".

O Planalto arma o esquema. Para impor o presidencialismo.

O Palácio do Planalto já montou todo o esquema para pressionar a Comissão de Sistematização em favor do presidencialismo: os governadores foram mobilizados, os ministros mais atuantes na área política receberam as devidas instruções e muitos constituintes estão preparados sobre o que dizer nos pedidos de destaque em cada emenda. Mesmo assim, comentava-se ontem, em Brasília, que será muito difícil alterar a tendência da Sistematização em favor do parlamentarismo. Até o grupo mais fiel ao presidente Sarney concordava que a ofensiva do governo chegou tarde demais: deveria ser travada desde as subcomissões, quando a tendência parlamentarista já se delineava claramente.

Mas Sarney pretende ir avante. Sua estratégia começa com o pedido de destaque para aprovação de uma emenda presidencialista — provavelmente a do deputado Teodoro Mendes (PMDB-SP) e segue com subdestaques. E pode chegar até a aprovação da figura do ministro coor-

denador, com poderes delegados pelo presidente, proposta na emenda do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), cuja iniciativa é de autoria do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e conta com o apoio do consultor-geral da República, Saulo Ramos.

De cada emenda presidencialista, o Palácio do Planalto pretende destacar os pontos com os quais concorda, segundo esquema montado com os parlamentares que o apóiam. Saulo Ramos explicou que pode ser pedido exame, para aprovação, da parte da emenda de Teodoro Mendes que estabelece mecanismos para a apreciação de decretos-leis pelo Congresso. Mas ao mesmo tempo pode pedir supressão do item que estabelece a moção de censura, como consta da emenda de Ricardo Fiuzza (PFL-PE).

Há, portanto, pontos de interesse do Planalto em cada uma das emendas e outros que pretende suprimir. Por exemplo: Saulo Ramos salientou que a proposta da emenda de Teodoro Mendes, segundo a qual o Congresso passa a ter poderes para suspender a eficácia dos decretos do presidente, não agrada ao Planalto.

Mas concorda plenamente com o mesmo Mendes quando ele estabelece o caminho para a aprovação dos decretos-leis, dando prazo de dez dias para o governo encaminhar à apreciação do Congresso. O Legislativo terá outros 60 para examinar a matéria, que não passará por decurso de prazo.

O Planalto concorda com a forma proposta por Fiuzza para a moção de censura aos ministros. Mas se depender da estratégia presidencialista, será pedido destaque, na Sistematização, para supressão do item no qual o deputado dá poderes ao senador para retirar tropas federais concentradas em qualquer região do País.

Manobras

Para enfrentar os parlamentaristas, o governo conta ainda com o apoio dos líderes do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e do PFL, José Lourenço. Para isso, joga com duas possibilidades: a rejeição do projeto do relator Bernardo Cabral, através de disputa do plenário da Sistematização, e a negociação com os defensores da proposta do parlamentarismo gradualista, a ser implantado no final do atual governo.

Sarney, que espera ter a seu lado nessa manobra os principais ministros de seu governo, ficou irritado ontem com as novas declarações de Paulo Brossard, da Justiça, a favor do parlamentarismo. Para analisar até que ponto Brossard contrariou suas recomendações, Sarney pediu o vídeo de um programa de tevê levado ao ar antontem. Brossard, um parlamentarista histórico, já teve que se explicar ao Palácio do Planalto, na semana passada, por ter feito as mesmas declarações em São João Del Rey.

Brossard sustenta sua defesa em favor da implantação do parlamentarismo — "é o mais moderno, o mais flexível, o menos imperfeito dos modelos". Mas insiste na necessidade de adoção do que chama de parlamentarismo em seu modelo clássico. Por isso, classificou como "uma anomalia jurídica", o projeto do relator Cabral: "Esse projeto busca uma solução híbrida de parlamentarismo e presidencialismo, que não tem como funcionar bem no Brasil".

Opinião

O regime parlamentar, na opinião do professor Hélio Jaguaribe, é o melhor

Cabral "tem muitos erros, lacunas, mas também muitas coisas boas". E acrescentou: "Vamos usar a lixa, a lima e, se for preciso, a tesoura, para fazer uma boa Constituição". Ele manifestou-se, ainda, contra a proposta do senador José Richa de fazer um recesso da Constituinte de 20 de dezembro a dois de janeiro, caso a Constituição não seja promulgada até meados de dezembro. "Sou contra o adiamento" — disse, lembrando que acredita que a nova Constituição ficará pronta até o início de dezembro, no máximo.

O novo substitutivo também foi o tema central de reunião mantida ontem no Palácio dos Bandeirantes pelos governadores Orestes Quércia e Moreira Franco, que o consideraram "lamentável politicamente", "casuístico", e com "falhas graves". Os dois se manifestaram favoráveis, porém, às propostas tributárias. Com relação à eleição presidencial em dois turnos, deixaram clara sua disposição em trabalhar com os demais governadores junto aos constituintes, para a manutenção do regime presidencialista e a implantação de eleições diretas nos dois turnos.

Também o ex-presidente João Figueiredo, favorável ao parlamentarismo, criticou o substitutivo. Figueiredo acha que, diante da atual situação, sem organização partidária forte e fidelidade partidária, não há condições de adotar o parlamentarismo pleno em 88, devendo continuar o presidencialismo.

Embora coordenando o esforço do Palácio do Planalto para aprovação em plenário da proposta presidencialista, o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, saiu em defesa do "esforço" do relator Bernardo Cabral, lamentando a onda de ataques ao projeto — algumas das quais vindas de setores do governo. Costa Couto não entrou, entretanto, no mérito das posições do consultor-geral da República, Saulo Ramos, que comparou algumas partes do projeto de Cabral à Constituição nazista, preferindo classificar o relator de "um grande político, um grande jurista e meu amigo". Enquanto isso, o porta-voz presidencial, Frota Neto, informava que o presidente Sarney instruiu seu líder Carlos Sant'Anna a reunir as forças que apóiam o presidencialismo para negociar uma fórmula comum a ser votada na Comissão de Sistematização.

para o Brasil — não um sistema parlamentarista como o inglês, mas parecido com o francês, com as modificações necessárias. "Só com a distribuição de responsabilidades será possível compatibilizar o princípio da instabilidade institucional, a cargo do presidente, com o princípio do aceleramento do modelo social, a cargo do primeiro-ministro", pondera Jaguaribe.

Para o professor Simon Schwartzman, tanto presidencialismo como parlamentarismo têm defeitos e qualidades. "Mas acredito que o melhor para o Brasil seja mesmo a atual proposta do Executivo — um regime presidencial com um Congresso forte, atuante, com poder até de voto de censura aos ministros", diz. E acha que as críticas que se fazem ao presidencialismo em função do atual governo ser ineficiente não têm sentido: "Elas desapareceriam no momento em se elege-se por voto direto e por prazo determinado um presidente com legitimidade. Em resumo, a ineficiência atual não é culpa do sistema de governo".

Entre os governadores de Estado, a defesa do presidencialismo é feita de Norte a Sul, com raras exceções, como Henrique Santillo, de Goiás, que preferia, contudo, "um parlamentarismo puro". Miguel Arraes, de Pernambuco, acha que o parlamentarismo do tipo europeu "não atende aos interesses do Brasil". Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, opina que "seria um casuismo em cima do presidente". Orestes Quércia, de São Paulo, diz que poderia "significar um governo muito instável". Tasso Jereissati, do Ceará, fala em "graves problemas para o Brasil". Alvaro Dias, do Paraná, é a favor do parlamentarismo, mas adverte que o País "ainda não está preparado".

AS INOVAÇÕES

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou abusos perante o Tribunal de Contas da União (TCU), órgão auxiliar do Poder Legislativo, e exigir completa apuração e a devida aplicação de sanções legais aos responsáveis. A autoridade que receber a denúncia ou requerimento de providências ficará solidariamente responsável em caso de omissão.

Esta inovação consta do novo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte — o Cabral II — no capítulo do Poder Legislativo, seção de fiscalização financeira.

No mesmo capítulo do Legislativo há outra inovação: os deputados e senadores não serão obrigados a teste-

munhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre pessoas que lhes confiarem ou deles receberem informações.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) terá mais poder. Não haverá limite máximo de oito CPIs em funcionamento simultâneo. A CPI gozará de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público para o fim de promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

No processo legislativo será permitida também a apresentação de proposta de emenda à Constituição por iniciativa popular e pela metade das assembleias legislativas. A aprovação

de emenda constitucional exige o quórum qualificado de dois terços — e não maioria absoluta (metade mais um).

O voto presidencial a projetos aprovados pelo Legislativo poderá ser derrubado pela maioria absoluta dos parlamentares — em sessão conjunta —, e não mais por dois terços.

Bernardo Cabral inovou também na questão da remuneração dos parlamentares. Os parlamentares perceberão idêntica remuneração fixada para cada exercício financeiro — e não mais para cada legislatura, que dura quatro anos. A remuneração fica sujeita aos impostos gerais, inclusive o de renda, e os extraordinários. O polémico "jeton" — parte variável dos subsídios — não constará mais do texto constitucional. A remuneração de deputados e se-

nadadores será definida em regimento interno, mediante aprovação do Congresso. Pela atual Constituição, os parlamentares têm direito ao subsídio, dividido em parte fixa e parte variável. A parte variável representa a "diária" pelo comparecimento efetivo do Congresso e à participação nas votações.

A Câmara dos Deputados terá a denominação oficial de "Câmara Federal" e o Senado Federal de "Senado da República". O Congresso funcionará de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1 de agosto a 15 de dezembro, mantido o recesso de julho. Atualmente, funciona de 1 de março a 30 de junho e de 1 de agosto a 5 de dezembro.

O Cabral II propôs novas atribuições ao Congresso, exclusivas ou sujeitas à sanção presidencial, entre as

quais: dispor sobre critérios para classificação de documentos e informações oficiais sigilosas e prazos para a sua classificação; dispor sobre sistema nacional de radiodifusão, telecomunicação e comunicação de massa; apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão; dispor sobre captação e garantia da poupança popular; moeda — seus limites de emissão e montante da dívida monetária nacional; aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares; e decretar, após sentença condenatória transitada em julgado, o confisco de bens de quem tenha enriquecido ilícitamente à custa do patrimônio público ou no exercício de cargo ou de função pública.

Fiamarion Mossri